

Fiscal e social, objetivos antagônicos?

Mobilidade social precisa voltar de maneira crível ao centro do espectro político

Por Guilherme Lichand

Valor Econômico, 30/01/2023

Em entrevista recente à jornalista Natuza Nery, o presidente Lula foi questionado se responsabilidade fiscal e responsabilidade social são mesmo antagônicas. Respondeu com um firme “sim”. Primeiro, porque a pressão por responsabilidade fiscal - superávit primário expressivo, limites rígidos à trajetória da dívida pública e pagamento integral de seus juros - limitaria o espaço para promover políticas capazes de melhorar a vida dos mais pobres. Segundo, porque essa pressão seria, na verdade, um discurso disfarçado: tentativa de limitar mobilidade social, reflexo da ganância do empresariado e da distribuição injusta dos lucros. Afinal, está certo o presidente do Brasil?

No que diz respeito à primeira razão apontada por Lula, muitos economistas argumentam que ele está errado: sem responsabilidade fiscal, a vida dos pobres pode inclusive piorar a despeito de políticas sociais mais generosas. Políticas sociais podem desincentivar horas trabalhadas em ocupações flexíveis. Impostos mais altos sobre os ricos para financiar essas políticas podem desincentivar a criação de empregos formais, investimentos em capacidade produtiva e inovação. Em última instância, podem acabar prejudicando os mais pobres - desacelerando a atividade econômica, aumentando o nível de preços e precarizando as condições de emprego.

Num debate público dominado pelas elites, não há espaço para mobilidade de verdade. Isso fez com que a esquerda perdesse aos poucos o apoio dos mais pobres e, recentemente, tivesse que radicalizar o discurso para voltar a contar com seu apoio. É o que Lula está fazendo

Essas palavras de alerta sombrias, se informadas por teoria, são superficiais. Na prática, entender os efeitos das políticas redistributivas depende criticamente dos detalhes de seu desenho e do conjunto mais amplo de políticas que afetam os incentivos para trabalhadores e empresários. Artigo recente do economista Fatih Guvenen e co-autores (“Use It or Lose It: Efficiency Gains from Wealth Taxation”) ilustra como os detalhes importam. O estudo mostra como taxar a riqueza poderia diminuir desigualdade e ao mesmo tempo aumentar a produtividade agregada. Através de simulações com dados dos EUA, os autores concluem que o imposto ótimo sobre riqueza é positivo - complementado por um subsídio sobre investimentos de capital. Analisar imposto sobre riqueza isoladamente teria gerado conclusões equivocadas.

Se os detalhes importam, então, não há como separar as duas razões elencadas pelo presidente. O embate entre os interesses das elites e dos demais grupos é o que, em última instância, determinará em que medida os esforços para alcançar o equilíbrio fiscal limitarão ou não a capacidade do governo de melhorar a vida dos mais pobres.

Livro publicado em 2021 co-organizado por Thomas Piketty (“Political Cleavages and Social Inequalities”) discute como, no mundo todo, a polarização crescente e a erosão do apoio à social-democracia ao longo das últimas décadas resultam de um processo de captura do debate público pelas elites - a elite econômica, pela direita, e a elite intelectual (aquela que teve acesso ao diploma universitário), pela esquerda. Num debate público dominado pelas elites, não há espaço para mobilidade de verdade. Isso fez com que a esquerda perdesse progressivamente o apoio dos mais pobres e, mais recentemente, tivesse que radicalizar o discurso para voltar a contar com seu apoio. É isso que Lula está fazendo.

Moderados têm assistido com muita preocupação às críticas abertas de Lula ao mercado e à sua determinação de taxar mais os ricos e de redistribuir renda aos mais pobres. O livro de Piketty e co-autores sugere que, ao contrário, a única maneira de quebrar a polarização seria que esses moderados também apoiassem a taxação dos ricos e a redistribuição de renda. Em outras palavras, mobilidade social precisa voltar de maneira crível ao centro do espectro político.

Um dos temas mais centrais no debate sobre mobilidade social ao redor do mundo é a taxação de riqueza. Os economistas Emmanuel Saez e Gabriel Zucman discutem (no artigo “Wealth Taxation: Lessons from History and Recent Developments”) a história desses impostos na Europa e mudanças recentes nos Estados Unidos. Com poucas exceções, os países europeus que tributam riqueza eximem a maior parte dela de tributação em função de uma série de isenções. Em alguns casos, como na França, a legislação explicitamente isentava bilionários de tributação!

Os autores concluem que as principais razões para a baixa tributação efetiva da riqueza na Europa são políticas e não econômicas. Primeiro, porque o limite de isenção do imposto sobre riqueza era historicamente baixo, afetando uma fração da classe média alta, o que gerou pressão por isenções adicionais que beneficiam desproporcionalmente os ultra-ricos. Segundo, porque, diferentemente de renda, confirmada através do cruzamento de diferentes fontes de dados oficiais, não há sistema similar para cruzar dados bancários e registros de propriedade na definição da riqueza tributável. Por fim, porque os países europeus não taxam por nacionalidade, mas sim, por local residência (assim como o Brasil), o que gera pressão pela extinção desses impostos - do contrário, os ricos se mudariam para o exterior.

Já nos Estados Unidos, a senadora Elizabeth Warren propôs recentemente a taxação dos 0,1% mais ricos, incluindo a criação de sistemas de informação mais robustos e até de um imposto de 40% sobre o estoque de ativos em caso de renúncia de cidadania. Na contramão, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo recentemente aprovou redução de 4% para 1% na tributação sobre heranças e de 4% para 0,5%, no caso de doações.

Para rompermos com populismo de um lado ou de outro, o pobre vai precisar acreditar que um candidato moderado será capaz de melhorar a sua vida. Que responsabilidade fiscal e responsabilidade social poderiam deixar de ser antagônicas mesmo sob seu governo. A elite moderada está pronta para assumir esse compromisso?

Guilherme Lichand é PhD em Economia Política e Governo pela Universidade de Harvard, e professor de Economia da Universidade de Zurique.